



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2010
PROCESSO Nº 72045.000197/2010-51

QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO DO TURISMO E A
EMPRESA CTIS TECNOLOGIA S.A.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Secretário-Executivo, Senhor **ALBERTO ALVES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.173.519, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 058.595.148-91, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto de 2 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 5 de maio de 2014, e pela Portaria nº 170 de 05 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2015, e de outro lado, a empresa **CTIS TECNOLOGIA S/A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, estabelecida na SCN/Setor Comercial Norte, Qd. 04, Bloco "B", nº 100, salas 201, 204, 401, 403 e 804, Ed. Centro Empresarial Varig, Brasília/DF, CEP: 70714-900, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Senhor **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 356.831 expedida pela SSP/DF, e do CPF/MF nº 102.252.261-20, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 022/2010**, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 72045.000197/2010-51, referente ao Pregão Eletrônico nº 06/2010, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 que regulamenta a modalidade Pregão na forma eletrônica, e, ainda o Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, e demais legislações aplicáveis, assim como as exigências previstas no Edital nº 06/2010 e seus Anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:



9
sf

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar, em caráter excepcional, o prazo de vigência do **Contrato Administrativo nº 022/2010**, que tem por objeto a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria Técnica e Sustentação de Produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério do Turismo*, conforme previsto no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, Cláusula Oitava – Da Vigência, do referido instrumento, suprimir em 25% o valor total do Contrato, conforme previsto na Cláusula Décima Sexta – Dos Acréscimos e Supressões, nos termos da *alínea “b”* do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada, bem como incluir cláusula, conforme determina o art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, vedando o nepotismo, tendo em vista o Ofício-Circular nº 269/2015 da Secretaria Executiva da Controladoria-Geral da União.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Contrato Administrativo nº 22/2010 terá vigência por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 2 de dezembro de 2015, ou até a conclusão dos processos licitatórios nºs 72045.000221/2015-67 e 72045.000220/2015-12, o que ocorrer primeiro, podendo perfazer um total máximo de 72 (setenta e dois) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSÃO

O valor total do Contrato nº 022/2010 de R\$ 12.923.126,25 (doze milhões, novecentos e vinte e três mil, cento e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) com a supressão de 25% (vinte e cinco por cento), passará a ser de R\$ 9.692.344,60 (nove milhões, seiscentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

Para cobrir as despesas durante o prazo consignado no *caput* da cláusula segunda deste Instrumento, fica estimado o valor total de **R\$ 9.692.344,60 (nove milhões, seiscentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)**, sendo **R\$ 807.695,40 (oitocentos e sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)** para o exercício de 2015 e **R\$ 8.884.649,20 (oito milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)** para o exercício de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DA INCLUSÃO DE CLÁUSULA

O Contrato Administrativo nº 022/2010 passa a vigorar com a seguinte cláusula:

“CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO ANTINEPOTISMO

Fica vedada à CONTRATADA alocar para a prestação dos serviços que constituem o objeto do presente contrato, familiar de agente público que neste exerça cargo em comissão ou função de confiança do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se familiar, nos termos do art. 2º, III do Decreto nº 7.203/2010, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau”.



Handwritten signatures and the number 2.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho 23.122.2128.2000.0001, Naturezas de Despesa: 33.90.35 e 33.90.39, Fonte: 0100.

PARÁGRAFO ÚNICO. Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade, no respectivo exercício.

CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato nº 022/2010 e nos seus Termos Aditivos, naquilo que não conflitarem com o presente Instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

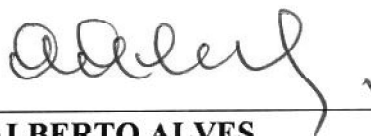
O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

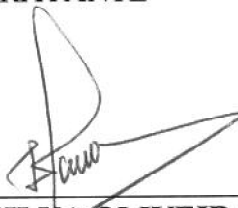
A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas administrativamente por força do art. 109 da Constituição Federal.

E, assim, por estarem de comum acordo, as partes firmam o Quarto Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 022/2010 em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 01 de dezembro de 2015.



ALBERTO ALVES
P/ CONTRATANTE




AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA
P/ CONTRATADA



TESTEMUNHAS:



Nome: _____
CPF: _____
RG: _____


Simone Maria da Silva Salgado
CPF: 284.969.421-00
RG: 096.922-DF

Nome: _____
CPF: _____
RG: _____